

Participação feminina em projetos audiovisuais bate recorde em 2019

Notícias

Postado em: 12/03/2019 16:00

O setor do audiovisual tem avanços para comemorar, apesar do longo caminho que tem pela frente em direção à igualdade de gênero. A política de redução das desigualdades de gênero e de raça no setor audiovisual, iniciada em 2018, começa, aos poucos, a transformar a indústria cinematográfica do País.

Com cotas para mulheres (cis e trans), negros, indígenas, novos realizadores e regiões, onze editais foram lançados no ano passado pela Secretaria Especial da Cultura (então Ministério da Cultura), sendo dez voltados para desenvolvimento e projetos de Audiovisual e um para a produção de festivais. Dos 143 projetos selecionados em dez editais, 80 serão dirigidos ou desenvolvidos por mulheres.

Os 56% de participação feminina já são recorde no programa, que é o maior em número de projetos e em volume de recursos – R\$ 64 milhões de um total de R\$ 80 milhões – valor destinado à primeira etapa. O resultado superou o estipulado inicialmente, que previa o preenchimento de 50% de cotas de mulheres.

Diretora da Secretaria do Audiovisual (Sav) da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania, Ana Paula Sylvestre destaca que, desde 2012, a secretaria vem investindo em uma política estruturante de fomento à participação feminina em todos os elos da cadeia produtiva do setor audiovisual. “Para nós, da Secretaria do Audiovisual, que vem desenvolvendo esse trabalho há alguns anos, é um privilégio ver hoje os resultados dos editais do programa.

Houve uma procura muito grande por esses editais. Comprovamos com dados que políticas afirmativas e mecanismos de indução possibilitam a inscrição de muitos projetos de mulheres. A demanda é alta e as propostas são extremamente qualificadas”, afirma.

De acordo com Ana Paula Sylvestre, o trabalho não se restringe à definição de indutores e cotas nos editais. No ano passado, foi criado um grupo de trabalho no Conselho Superior de Cinema (CSC) que enfrentou não apenas a questão de gênero, mas também aspectos raciais da indústria do audiovisual. O GT teve resultados muito expressivos, que foram consolidados em um relatório apresentado no final do ano passado, confirmando alguns dados da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e sugerindo mudanças.

Equilíbrio da cadeia

Para a diretora de cinema Thaís Fernandes, que teve o projeto Para que servem as coisas? selecionado no edital de Curta Infantil Live Action, os indutores são muito importantes. “Assim como a cota para negros, os indutores de gênero nos projetos do audiovisual são essenciais para que se

estabeleça um equilíbrio na produção audiovisual brasileira, ainda muito dominada por homens brancos. Esse tipo de medida precisa continuar”, destaca.

Mulher e negra, a cineasta goiana Rochelle Patrícia, também selecionada no edital de Curta Infantil Live Action, com o projeto Valentina, defende a existência das cotas nos editais. “Pelo fato de ser mulher e negra, no início da minha carreira enfrentei uma série de obstáculos. Por todo o contexto, concorremos em outros editais, mas com certa desvantagem. Esses indutores são muito importantes”, destacou.

Além dos onze editais geridos pela SAV, foram lançados seis editais em 2018 pela Ancine, entre os quais o edital Produção de Cinema, com 35% de cotas para mulheres (cis e trans), que previa um total de R\$ 100 milhões de apoio para projetos de longas-metragens independentes de ficção, documentário ou animação.

Pesquisa

O estudo Diversidade de gênero e raça nos lançamentos brasileiros de 2016, realizado pela Ancine entre 2017 e 2018, mostrou que 75,4% dos filmes longas-metragens lançados comercialmente em 2016 foram dirigidos por homens brancos. As mulheres brancas assinam a direção de 19,7% dos filmes e somente 2,1% foram dirigidos por homens negros. Não houve filme dirigidos por mulheres negras.

Para transformar essa realidade, o Grupo de Trabalho criado no Conselho Superior de Cinema (CSC) em 2018 para formulação de política de promoção da igualdade de gênero e raça no setor audiovisual apresentou uma série de recomendações que devem ser adotadas nas políticas públicas do setor.

Entre as sugestões está o aprofundamento do mapeamento, análise e difusão de dados quantitativos e qualitativos sobre gênero e raça no audiovisual brasileiro, a valorização da diversidade étnico-racial e de gênero nas composições do CSC e a manutenção e continuidade dos editais afirmativos específicos e de cotas transversais em editais gerais. Também recomenda ao Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual que estabeleça diretrizes para definir uma estratégia de reserva de recursos para ações afirmativas, considerando o total dos recursos disponibilizados anualmente.

Fonte: Geledés